

---

MORTE “ANUNCIADA”: SENTIDOS DE MEMÓRIA E HETEROGENEIDADE  
NO DISCURSO JORNALÍSTICO

---

LUDMILA FERRAREZI\*

LUCÍLIA MARIA SOUSA ROMÃO\*\*

---

RESUMO

Este trabalho pretende investigar, à luz da Análise do Discurso francesa, como o discurso jornalístico inscreve sentidos sobre o assassinato de Dorothy Stang. Mobilizando os conceitos de memória discursiva e heterogeneidade, interpretamos um *corpus* lingüístico constituído pela primeira página do jornal *Folha de S. Paulo* e a sua versão eletrônica *Folha OnLine*.

PALAVRAS-CHAVE: discurso jornalístico, memória, heterogeneidade, Dorothy Stang.

---

[...] a encontrei prostrada pelas últimas luzes da velhice, quando voltei a este povoado abandonado, tentando recompor, com tantos estilhaços dispersos, o espelho quebrado da memória.

Gabriel García Márquez

SOBRE MEMÓRIA E HETEROGENEIDADE

Escrever sobre a memória nos remete à própria história da Análise do Discurso (AD), cuja fundação mobiliza o interdiscurso de três grandes áreas do saber – Lingüística, Ciências Sociais e Psicanálise –, colocando-

---

\* Aluna do Curso de Ciências da Informação e da Documentação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), bolsista de Iniciação Científica da Fapesp.

E-mail: mila\_fer2003@yahoo.com.br

\*\* Profa. Dra. da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), Projeto Individual de Pesquisa Fapesp.

E-mail: tantpalavras@uol.com.br

as em um horizonte novo, marcado pelo envelhecimento de diversas vozes. No sentido de perseguir uma construção reflexiva sobre a memória do dizer (PÊCHEUX, 1999), o presente estudo leva em conta o fato de que o discurso é sempre já-atravesado por vários outros que o precederam e que já estão postos em funcionamento em outros contextos sociais. Assim, os sentidos do já-lá podem ser deslocados ou mantidos. Trabalhar com a materialidade lingüística dos discursos encerra flagrar as marcas dessas vozes outras, desse sempre-já-aí que fala antes, percorrendo seus meandros, apontando, tanto quanto possível, as zonas de memória discursiva nas quais os sujeitos fizeram ancorar os seus sentidos e o modo como os inscreveu para poder enunciar. De acordo com Orlandi (2003, p.31), a memória é o “saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada tomada da palavra”, ou seja, o interdiscurso que “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Assim, a interdiscursividade é caracterizada pela relação de um dizer com vários discursos que o afetam e que possibilitam, ao sujeito, compor o fio condutor do seu próprio discurso. Esse fio, longe de ser retilíneo e contínuo, é emaranhado de vozes alheias ao sujeito, marcado pela polifonia. Falando sobre isso, Fernandes (2005, p. 43) constata a existência de “vozes oriundas de diversos espaços sociais e diferentes discursos, constitutivas do sujeito discursivo”.

Para compreender o discurso jornalístico impresso e eletrônico, buscamos discutir o modo como esse estrangeiro assenhora-se do sujeito, instalando de novo, e de modo sempre outro, sentidos atualizados no momento da enunciação. Ressaltamos que a memória sobre a qual falamos não tem relação com lembrança, esquecimento ou saudade de um tempo findo, mas é discursiva, constitutiva do sujeito e do sentido e está em permanente jogo de repetição e de atualização, de paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2003). Marcamos que alguns sentidos, pela força da repetição, tornam-se naturalizados. No entanto, ainda que legitimados,

estão sujeitos a furos e deslocamentos, a rupturas definidas pelo jogo tenso das relações de poder. Assim, para nós, memória não é algo estático e engessado pela rigidez do imutável, mas lugar privilegiado de movências e de fraturas.

Escrever sobre o discurso jornalístico nos coloca próximos da tarefa de perceber a retomada dessa memória e de arquivos estabilizados, flagrando os gestos de atualização deles. No impresso e no eletrônico, os relatos jornalísticos noticiam o novo, ainda que sustentando os efeitos do já-dito, seja em forma de caixas de texto com chamadas de “leia mais”, “entenda o caso” etc., seja em forma de texto ou fotos antigas e reimpressas que marcam a ancoragem dos sentidos em alguma outra cena. Considerando o arquivo, como Pêcheux (1982) define, isto é, entendido como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão, podemos refletir sobre a memória institucionalizada em bancos de dados dos jornais, revistas e portais eletrônicos de informação, pois estes lugares fazem falar sentidos considerados oficiais sobre a realidade e sobre a narrativa dos fatos, ou seja, gravam um sentido dominante. Uma simples pesquisa nos arquivos de um jornal faz falar esse movimento de manutenção do sentido único, cujos efeitos de verdade e didatização da realidade (MARIANI, 1998) tentam fazer evidentes apenas uma maneira de dizer.

Para adensar a análise discursiva da mídia, é necessário compreender que o esquecimento é estruturante da linguagem, pois dizer corresponde sempre a esquecer outras maneiras de fazê-lo. Dessa forma, os sujeitos formulam e, ao mesmo tempo, apagam o que foi dito para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos de seus discursos. Assim, sujeitos e sentidos movem-se de diversas maneiras, ao mesmo tempo, de um modo sempre outro. E sobre o mesmo e o diferente, a estrutura e o acontecimento, conceitos cunhados por Pêcheux (1999), podemos apontar, respectivamente, as relações paráfrásticas e polissêmicas; as primeiras significam o retorno aos mesmos espaços de dizer, a matriz do sentido já-dado e naturalizado como óbvio,

e as segundas dizem respeito à subversão do evidente, isto é, trata-se da fonte da linguagem. “E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2003, p. 36).

Os sentidos retomados através da paráfrase são apagados para o sujeito que pensa ser a origem do sentido. Nessa perspectiva, quando enunciamos, há sentidos socio-históricos que significam em nosso dizer, sem que saibamos, indicando que não temos o controle pleno dos sentidos que inscrevemos em nossa própria voz. Além do não-controle dos sentidos, Orlandi (2003) também nos diz que a incompletude é a condição da linguagem, pois os sujeitos, os sentidos e os discursos não estão acabados, mas sempre se fazem a partir das condições de produção, apoiados no/pelo interdiscurso que os sustenta, dando a impressão, ao sujeito, de que ele sabe do que está falando, de que seu dizer é pleno, fechado e homogêneo e de que há uma correspondência entre a linguagem e o mundo. Tais ilusões, chamadas por Pêcheux (1997) de esquecimentos número um e dois, são necessárias para o sujeito enunciar; caso contrário, não falaríamos, petrificados pela constatação dos estrangeiros postos em discurso por nós.

Levando tudo isso em conta, tomamos o discurso jornalístico como um lugar em que várias redes de memória se cruzam, em que a heterogeneidade é, muitas vezes, marcada e mostrada com a citação de entrevistas, depoimentos etc. e, em outros momentos, não aparece de maneira explícita (AUTHIER-REVUZ, 1990) e em que os arquivos discursivos de vários sujeitos se (des)arranjam ao modo de um mosaico. Na rede eletrônica, tais questões ficam mais tensas e nebulosas, posto que há uma grande diversidade de arquivos, dizeres, enfim, de vozes em movimento, fazendo falar a memória institucional de *sites* governamentais, entidades, códigos e normas oficiais, em cujas teias instalam-se efeitos de manutenção da ordem. *Links* com textos jurídicos são bons exemplos disso. No entanto, o *www* propicia a emergência de

arquivos outros, cujos sentidos fazem falar outras redes de filiação, a saber, questionadoras da formação discursiva tida como oficial, dominante e legitimada, promovendo, assim, a instabilidade e a possibilidade do confronto e da contradição. Observamos, então, que o espaço eletrônico é poroso à circulação de sentidos plurais, instalando litígios discursivos entre redes de memória. Talvez essas seqüências de *links* afinados ao mesmo interdiscurso, de *links* que materializam efeitos contrários a outros *links*, de *links* dentro de *links*, de *links* na fundura de outros *links*, enfim, de nós presos a outros nós, instalem o sentido da memória em movimento e rota de navegação. Ou seja, o sujeito é convidado a mover-se permanentemente sem parada, inscrevendo (-se em) ditos nos meandros de dizeres que se apóiam em outros ditos, consumindo (-se) palavras sob as cifras de outras palavras, brincando de enunciar a si mesmo a partir das palavras dos outros, enfim, percorrendo dizeres já inscritos e já propagados e formulando outros. Assim, reconhecer, nesse processo, a incompletude, a opacidade, a movência e a errância nos ajudará a entrar na rede eletrônica para interpretar, ainda que um pouco, a sua estrutura, topologia e os dizeres que se inscrevem em suas tramas.

#### SENTIDOS DE/SOBRE CIBERESPAÇO

O ciberespaço, embora destituído de fisicalidade (WERTHEIM, 2001), é um lugar que se tornou um novo domínio para a emergência de vários discursos, para a constituição do sujeito navegador e, por fim, para a circulação de redes de relações plurais ligadas ao mundo acadêmico, de negócios, de exposição e convívio social, além do território de crescimento mais rápido da história, “misturando as noções de unidade, de identidade e de localização” (LÉVY, 2003, p. 45). Manguel (2006) nos fala em uma liberdade propiciada pela *web*, segundo a qual, no espaço cibernético, não haveria mais censura. Desse modo, arquivos tidos como proibidos poderiam ser acessados via internet, dizeres antes

escamoteados nos jornais poderiam circular em portais de informação, formulações antes silenciadas poderiam vir à tona. Entretanto, vale a ressalva, como o próprio Manguel nos lembra, de que já se praticam formas de controle dos sentidos na rede, impedindo o acesso a certos *sites*, impondo barreiras à entrada em certas páginas, além do bloqueio causado pela exclusão de milhares ao acesso à informação eletrônica.

Interessa-nos aqui refletir sobre a topologia da rede eletrônica, a heterogeneidade dos arquivos justapostos para, depois interpretarmos o discurso nela inscrito. Segundo Leão (2005), o ciberespaço é “o espaço criado pelo computador e pelas redes de informação” (p. 139), em que “o usuário percorre os nós da rede de uma forma totalmente imprevisível, muitas vezes até para ele próprio” (p. 57). Assim, com apenas um clique no *mouse*, o sujeito-navegador passa de um texto jornalístico a uma receita de bolo, de uma rede de amigos a outra de serviços, construindo-se diversas tramas discursivas que se entrecruzam em um todo desconexo e fragmentado. Ao mesmo tempo em que se desloca, o sujeito constrói uma tessitura textual dada pelo trajeto de navegação por entre *links* e arquivos percorridos sem linearidade lógica. Tal tessitura desenha uma teia de associações, ou melhor, de caminhos limitados pelo trajeto do sujeito durante a navegação pelos labirintos do digital. “O leitor é agora um construtor de labirintos”, afirma Leão (2005, p. 41). Através do hipertexto que “possibilita ligações rápidas a diversas redes associativas” (p. 62), o sujeito-leitor tenta controlar os sentidos de seu discurso a partir das posições que ele ocupa, do que pode ou deve dizer, dos espaços de interatividade com a palavra e das formações discursivas (FDs) às quais se filia enquanto navega.

Com o hipertexto, temos a sensação de dinamicidade e interatividade de um texto em movimento (GALLI, 2005) e é, nesse texto móvel que o sujeito se desloca através dos *links*, criando “mais a aventura da navegação do que o desejo do destino final” (ROMÃO, 2005b, p. 9); destino este que, muitas vezes, não corresponde mais ao pretendido inicialmente pois, conforme nos diz Romão (p. 9), “o fio promotor da

seqüência nos entremeios dos *links* pode sofrer quebra a qualquer momento e isso cria um efeito de leitura deslocante, de ruptura freqüente, de imagens galopantes sem freio e de palavra que mais deriva do que é amarrada”. E os sujeitos-navegadores, assim como os sentidos na malha eletrônica, fazem falar a deriva, estão dispersos à procura de novos significados, visto que o movimento de navegar pressupõe trânsito constante.

Com a hipermídia, a “tecnologia que engloba recursos advindos de mídias diversas (multimídia) e hipertexto” (LEÃO, 2005, p. 140), temos um “leitor ativo, que está a todo momento estabelecendo relações próprias entre diversos caminhos. Como um labirinto a ser visitado, a hipermídia nos promete surpresas, percursos desconhecidos [...]” (p. 16). Essa possibilidade de inúmeras surpresas gera a ilusão de que o ciberespaço é infinito. Crê-se, muitas vezes, que tudo está na rede e que todos podem fazer parte dela, sentidos estes que buscamos desnaturalizar aqui, pois as escolhas feitas pelo sujeito na elaboração de seu percurso eletrônico são promovidas pela ideologia que naturaliza algumas regiões de sentido e apaga outras (PÊCHEUX, 1997). Tem-se a ilusão “de que é possível estar em permanente estado de trânsito, deslocar-se sem medida, entrar em qualquer lugar, atravessar qualquer passagem [...] e ganhar espaços sempre novos e outros sem censura” (ROMÃO apud ROMÃO, 2005b, p. 5). Segundo Manguel (2006, p. 264), “a web é o emblema de nossa sede de onipresença”.

Não acreditamos nessa ilusão de uma total potência do sujeito da rede, tampouco tomamos o hipertexto como texto de acessibilidade ilimitada em que não há censura. Assim, “a emergência do ciberespaço não significa de forma alguma que ‘tudo’ pode enfim ser acessado, mas antes que o todo está definitivamente fora de alcance” (MELO, 2005, p. 136). Basta observarmos que nem todas as pessoas possuem condições financeiras, nem energia elétrica, nem os equipamentos eletrônicos, nem os domínios de informática, inglês e língua portuguesa para se tornar um “navegador”, fazendo parte do grande grupo dos digitalmente

incluídos. Tocamos, então, em um problema social, já que essa “exclusão digital possui forte correlação com as outras formas de desigualdade social e, em geral, as taxas mais altas de exclusão digital encontram-se nos setores de menor renda” (SORJ, 2003, p. 59), contrariando as idéias utópicas de muitos pensadores, como por exemplo, do francês Lévy (1999), que iconiza a Internet como um instrumento democrático capaz de apascentar as desigualdades entre classes e povos. Por enquanto, essa idéia não passa de um sonho longínquo, pelo menos nos países em desenvolvimento como o Brasil, em que as estatísticas mais otimistas apontam apenas 10% da população brasileira como usuária da rede. Ainda que seja suporte de poucos, a rede desponta como o local em que o discurso sobre/dos excluídos pode ser viabilizado, marcado pela voz de outros, ou seja, de mediadores que funcionam como vozes de autoridade capazes de inscrever, na rede, os que não estão lá. Exemplo disso pode ser observado nos sites dos movimentos sociais.

É necessário dizer, ainda sobre a questão da acessibilidade, que “ninguém consegue ter acesso a tudo o que está na rede, pois as trocas no ciberespaço funcionam como qualquer outra. Ou seja, estão vinculadas às condições de produção e circulação do discurso (conhecimento, acesso etc.) como exposto anteriormente” (MELO, 2005, p. 138). Assim, é impossível absorver o “tudo”. Ressaltamos também que, na questão do acesso, nem todo o conteúdo da rede é livre, visto que o sujeito-internauta pode deparar-se com “barreiras” tais como pedidos de senhas de acesso, páginas de acesso pago e outros entraves que são obstáculos para sua navegação, obrigando-o ou a voltar ou a tomar novos atalhos. Além disso, para navegar, ler e interpretar os textos dispersos que encontra na net, o sujeito precisa ter acesso ao interdiscurso, condição do dizível dos arquivos eletrônicos, ou seja, é ilusória a idéia de que todos têm acesso a tudo na Internet. Considerando as contradições entre a topologia aparentemente ilimitada da rede e a dificuldade do acesso a ela no país, a navegação sem obstáculos e os locais reclamadores de pagamentos e senhas, podemos inferir que a rede eletrônica possibilita



a inscrição do sujeito em alguns lugares e não em outros, fazendo falar modos plurais de inscrição dos sentidos.

Se há uma pluralidade de vozes circulando na teia digital, instalando heterogêneos discursos e significando uma suposta democratização da escrita e da leitura, também é possível ressaltar que isto não é possível em sua totalidade, já que “não basta as idéias estarem lá depositadas, é preciso que elas circulem, que elas tomem corpo, que elas reverberem, isto é, que elas entrem na ordem do discurso e não fiquem apenas ‘à deriva na superfície das águas’” (MELO, 2005, p. 137). É nessa pluralidade de vozes que “cada participante pode ter um papel ativo na rede. Cada grupo, cada indivíduo pode tornar-se emissor” (p. 136), ainda que, no avesso dessa formulação, muitos se inscrevem sem dizer, sem voz, e são silenciados pela impossibilidade de entrar na rede, de circular em lugares restritos ou, no limite, por apenas exercitar o gesto de recortar, copiar e colar cacos de vozes alheias ao seu dizer. Para Wertheim (2001, p. 175), o ciberespaço “abre um novo domínio para as pessoas representarem suas fantasias e experimentarem alter egos de maneiras que muitos de nós não nos arriscaríamos a fazer no mundo físico”. Poderíamos dizer que também se abre um campo para os sujeitos assumirem diferentes posições, inscrevendo sentidos nesse meio “fluido”, livre dos “marcadores sociais normais do espaço físico, como nomes de bairros e códigos de endereçamento postal” (WERTHEIM, 2001, p.205), podendo transitar por posições, discursos diferentes, experimentando, na realidade virtual, o que não pode na sua realidade “física”.

Isso nos remete a uma atualização dos sentidos da “Parságada” em que desejos (im)possíveis teriam a chance de ser realizados em plenitude, manifestos sob o efeito de um prazer ilimitado. E aqui pensamos na atualidade das idéias de Pêcheux (1997), ao propor o jogo das formações imaginárias e o papel da ideologia na constituição do sujeito e na rede eletrônica, que coloca em movimento uma superfície mediada pela linguagem e pelo imaginário, já que a fisicalidade de corpos, autores e espaços fica apagada atrás (ou na frente) do monitor.

Segundo Bucci e Kehl (2004, p. 16), “vivemos em uma época em que tudo concorre para a imagem, para a visibilidade e para a composição de sentidos no plano do olhar”. Sobre a questão das imagens e, em particular, das fotografias, registramos que na “equação da era visual” que associa “visual = real = verdadeiro” (BUCCI; KEHL, 2004, p. 34), há um conceito naturalizado de efeito de objetividade, que ignora a construção sócio-histórica dos sentidos postos em funcionamento pelo não-verbal. No entanto, as imagens não devem ser vistas em sua materialidade de forma ingênua e neutra, como pinceladas fiéis da realidade, mas elas reclamam gestos de interpretação e leitura que levem em conta a ideologia e a memória (FERRAREZI; ROMÃO, 2006). Consideramos que, por meio de símbolos, termos constituídos por sinais, ícones, animações e palavras, o sujeito procura significar(-se) inscrevendo sentidos sobre suas ações, sentimentos, idéias, individualidade no âmbito virtual. Assim, com a rede eletrônica, há uma “nova inscrição social do sujeito na linguagem” (ROMÃO, 2004, p. 41), qual seja, de um navegador heterogêneo, polifônico, errante que se desloca por entre as palavras e arquivos de vários outros, que surfa para adiante ou retorna, mas mantém-se em fluxo, que, muitas vezes, se desloca sem rumo, que inscreve-se em uma superfície de imaginários sem os limites impostos pela realidade e que, por fim, apaga a presença da fisicalidade, colocando-se já no primeiro acesso entre imagens e dizeres que não são seus.

#### ANÁLISE DE UM RELATO

A partir de agora, interpretaremos as textualizações do jornal *Folha de S. Paulo* e da *Folha OnLine* sobre a morte da freira americana Dorothy Stang (Caderno Brasil do jornal impresso do dia 14 de fevereiro de 2005, além do “Índice geral” da edição eletrônica correspondente), marcando os sentidos que o discurso jornalístico impresso e eletrônico faz falar e como eles são inscritos e silenciados. Percorrer os nós da rede e observar a rota das palavras, dos sujeitos e dos sentidos que se

entrecruzam de maneira heterogênea é o nosso intento. Buscaremos tecer considerações sobre o relato no impresso e no eletrônico, marcando os dois espaços de significação e construindo um exercício de interpretação que não possui a pretensão de ser o único.

O caderno escolhido tem por objetivo salientar os temas nacionais que o jornal considera merecedores de maior destaque e relevância no cenário político, resumindo para o leitor, de forma pretensamente segura, imparcial e objetiva, os fatos que ele deve e precisa saber. Sabemos que, nessa função de informar, a imparcialidade e a objetividade não passam de uma ilusão criada para legitimar a(s) voz(es) do discurso jornalístico. Como já temos observado em outros trabalhos (FERRAREZI e ROMÃO, 2006), repete-se uma regularidade: na edição analisada, a produção de sentidos sobre o assassinato de Dorothy Stang silencia aqueles referentes à questão agrária, à concentração de terra no país ou à urgência da reforma agrária, que se caracterizam como uma região de sentidos interditados pela formação discursiva dominante a que o jornal se filia. Trata-se de um funcionamento discursivo que promove a substituição de/do dizer sobre Dorothy, em lugar do dizer sobre a terra ou sobre a questão agrária. Tal metáfora faz falar uma forma de silenciamento (ORLANDI, 1997), isto é, de censura, visto que interdita não apenas as questões sobre a terra, mas também as condições de vida e morte, trabalho e exploração dos que nela trabalham. Sendo assim, torna-se importante observar os sentidos que estão materializados, na ordem da língua, inscrevendo na reportagem jornalística uma discursividade, ao mesmo tempo em que apaga outra. Consideramos que é tarefa de analista ler os recursos verbais e não-verbais, rastreando as pistas tatuadas pela ideologia e afetadas pela memória e historicidade, para construir, assim, gestos de interpretação.

A primeira diferença entre as duas edições chama a nossa atenção, “salta aos olhos”; por isso, inicialmente atentaremos para o texto pictórico das edições. Na impressa, falta o corpo morto de Dorothy; na eletrônica, ele é exposto, instalando vários efeitos de sentidos. Na *Folha*

impressa, em vez do corpo morto de Stang, encontramos, em primeiro plano, o seu sangue, compondo juntamente com o seu caixão fechado, um quadro não menos violento. Nessa imagem, está implícita uma metáfora da santificação de Dorothy que, como um cordeiro, foi imolada por sua fé e luta pela floresta e defesa da vida (apagada está a vinculação dela aos trabalhadores rurais sem-terra), ocupando o lugar de mártir e vítima no discurso. Essa forma de construção de sentidos sobre Dorothy, frequentemente abordada na mídia em geral, reforça os sentidos de violência do crime, ao mesmo tempo em que silencia, como foi dito, suas causas e os dizeres sobre a questão agrária.



Podemos observar também os vários planos da fotografia, como cenas narrativas justapostas, a significar conjuntamente. Em primeiro plano, a imagem dada pelo sangue, em lugar do corpo, desenha um movimento metonímico de representar Dorothy a partir de uma substância que lhe era própria em vida, ou seja, o sangue. Tomar a parte pelo todo, substituir o corpo inteiro pelo que dele restou (apenas uma poça de sangue), promover a associação entre sangue e vida/morte são sentidos possíveis para inscrever a freira no lugar de morta, imolada

e sacrificada, moradora agora em um caixão. No segundo plano, ele é o destaque, visto de cima e sendo fechado, como a indicar o fechamento da vida da freira e a contenção dos sentidos sobre a violência de que foi vítima. Há sangue, mas não aparece a vítima da violência: o caixão estabiliza os sentidos de ordem, já que o corpo foi analisado pelos órgãos competentes, avaliado por médicos e agora está documentado, catalogado, identificado, podendo ser fechado para sempre dentro de sua nova morada. O terceiro plano também merece atenção, visto que a mídia aparece fotografando não apenas o caixão, mas também a si própria durante o trabalho de fotografar. A lente de uma câmera fotografa a mídia fotografando a mesma cena e a si mesma no seu ato de documentar. Esse movimento reforça efeitos muito propagados pela mídia: da onipresença onde ocorrem os fatos, da onisciência de saber e conhecer a realidade de perto, da competência para captar o instante no momento em que ocorre, da possibilidade de documentar a realidade de um lugar privilegiado ao qual nenhum outro mortal tem acesso e de transmitir, com rapidez e legitimidade, o retrato dos acontecimentos. Essa imagem também nos leva a considerar a heterogeneidade do sujeito e do sentido no fazer do relato jornalístico, visto que diferentes câmeras de/em diferentes ângulos irão documentar a cena de modo também diferente. Teremos, então, imagens singulares, diferentes umas das outras, inscrevendo uma documentação particular do caixão, da poça de sangue e da morta. Assim, os sentidos das fotografias também serão diversos, angulados e dimensionados de maneira particular.

Na fotografia encontrada na versão eletrônica não há caixão, mas o corpo morto da freira exposto aos olhares dos policiais e moradores da região. Observamos que a presença do corpo também coloca Dorothy em uma posição de vítima, de fragilidade, colaborando para a já mencionada construção da sua imagem como mártir, heroína sacrificada, heroína idosa e indefesa.



Dorothy Stang, que lutava pelo direito à terra, acabou morrendo nela, criando um contraste forte entre suas vestes claras e seu cabelo branco e a forte cor da terra, provavelmente parecida com a cor do sangue mostrado na primeira fotografia. O corpo no meio do caminho está caído de modo a interromper a passagem na estrada, o que mostra um modo de inscrever sentidos, não apenas sobre a cena empírica, mas sobre a representação da posição imaginária ocupada pelo sujeito discursivo. A voz que lutava pela terra aparece tombada, caída e vitimada pela violência como tantas outras vozes assassinadas por latifundiários e justiceiros no país. Ao fazer falar sentidos de contestação da ordem do latifúndio, de indignação diante da destruição da floresta e de resistência dos trabalhadores rurais, o discurso de Dorothy questiona os sentidos dominantes, subverte os seus modos de produção e, assim, enuncia outro percurso de dizer sobre a terra. No registro da morte, são atualizados esses sentidos, visto que o corpo morto da freira, como sua voz em vida, cria obstáculos no caminho, impede o fluxo na estrada, bloqueia a passagem.

Notamos que em ambas as fotos Dorothy é contemplada pelos “olhos do poder”, sejam eles da polícia – que é legitimada pelo poder do Estado e que a observa como um corpo “coisificado”, tornado prova, objeto de estudo e análise –, ou da mídia, que (re)produz, controla e divulga os sentidos sobre o fato. Assim, de maneiras diferentes, vimos

os sentidos de vitimização de Dorothy, da violência que a expõe aos olhares “outros”, sentidos que chegam até nós por meio do olhar do fotógrafo, de sua lente, da posição de onde registra a cena. Em relação a isso, identificamos no discurso da *Folha* impressa e eletrônica a presença da heterogeneidade, isto é, de várias vozes constitutivas das imagens e fotografias materializadas juntamente com o verbal, visto que outros sujeitos-fotógrafos, que não os da *Folha*, assinam as imagens divulgadas. As fotografias, provenientes do *Greenpeace* e do *O Estado do Tapajós*, respectivamente, marcam a presença de diferentes vozes no discurso jornalístico, a presença do outro que sempre atravessa a fala do sujeito, a imagem emprestada de outra lente ou câmera, que aqui faz falar sentidos e reclama significação.

Encontramos a heterogeneidade, também marcada e mostrada (AUTHIER-REVUZ, 1990) na formulação: “Dorothy corria risco ‘evidente’, diz irmã da freira”. Nela, há a presença da voz de um outro, em forma de citação, instalando o efeito de denúncia da vida que estava em perigo, ameaçada pelo risco de ser morta, da evidência do sentido do assassinato. Passando para a análise das textualizações verbais, observamos que, tanto na edição impressa quanto na *online*, a manchete principal, ou seja, a que recebe maior destaque, é idêntica e inscrita com as mesmas palavras e o mesmo tipo gráfico nos dois suportes, como a marcar a semelhança e a identificação entre o jornal impresso e sua versão eletrônica. Na primeira página, temos o rosto do jornal desenhado com

legendas, sobretítulos, subtítulos e lides, constituintes deste rosto ou espelho de cada jornal que é a primeira página. Rosto, já que cada jornal mostra uma feição própria nessa página, como chamariz ao seu leitor, leitor “cevado” mais pelo modo familiar de lhe darem alimento, do que pelo alimento em si. Espelho, já que nessa primeira página, projeta-se um corpo, o corpo de cada jornal, construído não apenas naquele determinado dia, mas na seqüência de dias, semanas, meses e anos, e construído também não apenas por aquilo que diz, mas, principalmente pelo modo como diz. (DISCINI, 2004, p. 118)

Essa repetição inscreve um modo de imprimir no texto eletrônico a mesma identidade e legitimidade conferidas ao impresso. Vamos à manchete de destaque: “Após morte de freira, polícia apura novo assassinato no PA”. Em algumas outras, há a presença de uma oposição entre morte e assassinato. Estes termos não são sinônimos, pois as palavras não estão em sentido de dicionário, nem devem ser tomadas na sua literalidade, mas reclamam a compreensão do uso que se faz delas em contextos social, histórico e ideológicos definidos. Sendo assim, os sentidos evocados por “morte” apagam as questões sociais, as causas da morte, silenciando os sentidos de violência que afloram ao se dizer “assassinato”. Isto inscreve a evidência ideológica de olhar e relatar o fato, visto que a morte de Dorothy pode ser tida como acidental, natural, como fato corriqueiro ou acontecimento comum, destituído da brutal ação que encerra. Também destacamos que a existência de um “novo” assassinato implica a existência de outros, velhos, tantos que já vitimaram personalidades anônimas, não estrangeiras nem religiosas, o que também naturaliza o efeito de morrer.

Em contraponto à manchete, que se mantém inalterada nas duas edições do jornal, as demais chamadas jornalísticas ganham um efeito de dispersão na topologia da rede. Encontramos formações discursivas antagônicas dispostas sequencialmente, como a criar um efeito de continuidade e organização quando, discursivamente, os movimentos do sujeito e do sentido apontam o contrário.

Governo deve dar início à força-tarefa no local  
Saiba mais: Terras da União tornam região mais explosiva

Os dizeres acima materializam, primeiramente, a formação discursiva que considera o governo como aquele que “deve dar início” a um eficaz programa de atuação em relação à investigação do crime, cumprindo o seu papel de agente executor de “força-tarefa” em casos de conflito ou instabilidade política. Assim, o governo é mencionado a partir de uma imagem positiva, sentidos que são reforçados no corpo da



matéria que, em outro *link*, destaca depoimentos de autoridades oficiais condenando o assassinato e narrando as ações de fiscalização iniciadas e intensificadas na região. Logo abaixo, há uma outra chamada que coloca em discurso o governo como o causador dos conflitos na região, ou seja, como o potencializador da violência “explosiva”. As terras da União, e não a dos latifundiários ou a dos madeireiros, são apontadas como a causa de enfrentamentos na região e, conseqüentemente, como uma causa implícita do assassinato de Stang. Observamos como a voz do jornal escamoteia o uso de marcas como fazendeiros, pistoleiros, reforma agrária dentre outras, fazendo deslizar, para o governo ou União, os efeitos de condenação da questão agrária, silenciando a concentração de terras, a impunidade de fazendeiros e a violência contra trabalhadores rurais. Esses sentidos que culpabilizam o governo são recorrentes em outros discursos jornalísticos da *Folha* e de outras publicações, condensando, assim, o efeito de atribuir ao governo a responsabilidade pelo espetáculo midiático da morte da freira americana.

Essas duas manchetes na versão digital colocam em funcionamento a não-linearidade da teia eletrônica e inscrevem a evidência ideológica do sentido único, ou seja, o efeito de referencialidade e exatidão que faz as palavras parecerem claras e adequadas, apagando o jogo de poder e de interesses que as move e que (pro)move a filiação do sujeito do discurso jornalístico a uma determinada formação discursiva e não a outra. Tem-se, nesse movimento, a ilusão do sujeito na tentativa de controle dos sentidos e da completude do relato, buscando estabelecer uma virtual costura entre os *links* e entre as partes do jornal, ainda que a materialidade da língua aponte o contrário, isto é, uma sobreposição de formações discursivas diferentes, um todo desconexo e heterogêneo. Temos, então, o caos fragmentado dos dizeres no ciberespaço.

Campo minado 1: Rainha fica duas horas preso por engano.

Campo minado 2: Famílias cercam quatro fazendas em Pernambuco.

Essas duas outras formulações, dispostas também no informativo eletrônico, marcam essa relação de espalhamento dos sentidos: a primeira

aponta o trabalhador rural sem-terra, tematizado por seu líder José Rainha, como a vítima de injustiças, dentre elas a condenação ou a prisão “por engano”. Ora, se há um engano dessa proporção, temos que admitir que sentidos como ser preso, ter a vida cerceada, sofrer humilhação e constrangimento estão ligados aos sem-terra, colocando-os no lugar de alvos da violência policial. Na seqüência, instalando o sentido contrário ao de vítima, temos a formulação: “famílias cercam quatro fazendas”. As marcas no plural colocam em movimento o efeito de que são várias as famílias e as fazendas invadidas, o que inscreve um efeito de desordem e perigo para a propriedade, pois as cercas agora não são estáticas e inanimadas, mas humanas, e estão em ação. Destacamos o efeito belicoso da marca *campo minado* (ROMÃO, 2005a) que, nesse caso, anuncia os sentidos de alarme, conflito e ameaça no *campo minado 2* e são apagados no *campo minado 1*. Ou, dito de outra forma, é como se ficasse naturalizado que a ocupação de sem-terras ameaça mais do que a prisão de um sem-terra. Assim, os movimentos do sujeito nesses campos minados inscrevem retalhos de sentido dispersos e fragmentados como a rede na qual se fundamentam. Ao mesmo tempo em que há um movimento de espalhamento e distensão dos sentidos, propiciado pelas características da própria teia eletrônica, há uma tentativa de controlá-los, de estabelecer relações entre os dizeres, de inserir os sem-terra em um único lugar: aquele em que o campo é minado, isto é, cheio de minas com bombas prestes a explodir a qualquer momento.

Podemos observar, então, a presença da heterogeneidade nesses relatos jornalísticos, visto que muitas vozes falam, dialogam, litigam e se misturam fazendo falar várias posições-sujeito que revelam filiações, regularidades e rupturas de sentidos inscritos por diferentes formações discursivas (FDs); em sendo o espaço eletrônico marcado pela topologia do hipertexto e do labirinto, tal cruzamento e embaçamento das fronteiras das FDs parecem mais intensos. As marcas de heterogeneidade podem ser percebidas em empréstimos de fotografias e imagens publicadas em outros jornais, em dizeres dispersos, sem ancoragem com o restante da

página, em uma ordem associativa encadeada por outros modos de produção do sentido, diferentes do impresso, e em retomadas de dizeres postos no dizer da literatura, como veremos a seguir.

O *link* “Memória: morte de Chico Mendes também foi ‘anunciada’” recupera primeiramente a memória discursiva sobre quem foi Chico Mendes, o que a voz desse sujeito significou no contexto do Norte do país, a forma como os sentidos da luta pela terra foram mobilizados pelo seu discurso, os efeitos de morte, violência e impunidade de uma liderança da floresta e dos trabalhadores, as implicações políticas do assassinato, a imagem dos mandantes do crime e a representação do latifúndio. Marca-se, através da palavra “memória”, um fato que passou, mas que merece ser lembrado, ou seja, a morte de Chico Mendes, que também era ambientalista e defensor da floresta e da reforma agrária. Convém lembrar de Chico para aproximar a morte dele à de Dorothy, fazendo falar uma regularidade repetitória, cuja marca é o uso do “também”, querendo afirmar que não há novidade nesse tipo de crime. Chico, Dorothy, mais um ambientalista, e outro, e mais outro, fazem girar uma ciranda em que a moenda da morte engole suas vítimas.

Ainda sobre a questão da memória discursiva e da heterogeneidade, destacamos que o “anunciada” é um adjetivo que faz referência à morte, é indício do empréstimo dos sentidos postos em discurso pela obra literária *Crônica de uma morte anunciada*, de Gabriel García Márquez (1981). Desde as primeiras cenas desta peça de ficção, o leitor toma conhecimento de que Santiago Nasar vai morrer, movimento que se espalha, aos poucos, de modo a expor a certeza da morte também para outros personagens da trama narrativa. Há missivas que circulam com tal informação, conversas a boca pequena sobre o assunto, olhares de piedade de alguns que, em contato com aquele que será a vítima, silenciam a palavra de que uma morte a facadas está sendo ensaiada em pensamento. No espaço, há movimentos de desarranjo: um vento agressivo a varrer os telhados, as meninas correndo em desordem, o apito assustador do navio. A despeito da morte tramada pelos irmãos

gêmeos, Santiago faz planos: sonha com a sua festa de casamento, planeja comer bolinhos de mandioca na casa de amigos, anda com a inocência daqueles que não se sabem vítima. Tudo isso aumenta a ingenuidade do personagem e a forma piedosa com que o leitor tende a olhar para ele.

O discurso jornalístico, tomando emprestado o termo “anunciada” da obra literária, faz retornar alguns desses efeitos, deslizando-os, atualizando-os e reforçando dois planos: o primeiro é aquele em que a voz de Chico, Stang, Santiago e outros trançam as suas palavras, enunciando sentidos, tecendo resistências e construindo planos para si, para os outros e para a terra; já o segundo é aquele em que vozes planejam e enunciam a necessidade de silenciar e apagar os sentidos inscritos pelos primeiros. Dois planos que se enfrentam na hora do crime e da matança; duas formações discursivas que litigam; duas vozes marcadas pela inscrição dos sentidos de vida e morte, de terra repartida ou concentrada, de floresta em pé ou tombada, de corpo lutando ou caído. No plano empírico, o segundo plano imaginariza conter o primeiro em emboscada a bala ou a facada, mas, do ponto de vista discursivo, a posição de poder (ou não-poder) instalada por uma voz não se restringe a um indivíduo, visto que ela inscreve zonas da memória, redes de filiação e espaços de dizer que, uma vez materializados na ordem da língua, passam a criar novas articulações nas zonas da memória, outras redes de filiação e espaços diferentes de dizer.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, mobilizamos os conceitos de memória discursiva e heterogeneidade para compreender os modos de produção, constituição e circulação dos sentidos no discurso jornalístico impresso e eletrônico, especialmente aqueles que relataram o assassinato de Dorothy Stang. Definimos as particularidades da rede eletrônica, a topologia do hipertexto, a navegação em fluxo, a labiríntica teia associativa e a inscrição do sujeito no entremeio dos *links*. Na análise, escolhemos as

duas primeiras páginas do jornal *Folha de S. Paulo* e *Folha OnLine*, que circularam no mesmo dia, criando narrativas próximas e distantes, parecidas e diferentes, como são os atos de linguagem e seus sujeitos, sempre dependentes da retomada de sentidos já postos em funcionamento e da ruptura desses sentidos.

“ANNOUNCED” DEATH: MEMORY AND HETEROGENEITY IN JOURNALISTIC DISCOURSE

#### ABSTRACT

In the ambit of Analysis of Discourse (French school), this article intends to investigate how the journalistic discourse enrolls senses as far as Dorothy Stang's murder is concerned. Basing on the concepts of discursive memory and heterogeneity, we interpreted a linguistic corpus constituted by the first page of *Folha de S. Paulo*, as well as the electronic version *Folha OnLine*.

KEY WORDS: journalistic's discourse, memory, heterogeneity, Dorothy Stang.

#### REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n.19, 1990.

BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto Acadêmica, 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERRAREZI, Ludmila; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. O discurso jornalístico sobre a morte de Dorothy Stang: a textualização nas páginas da revista *Veja*, *Achegas.net*, n. 30, jul./ago. 2006. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/30/lucilia\\_ludmila\\_30.pdf](http://www.achegas.net/numero/30/lucilia_ludmila_30.pdf)>.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Linguagem da Internet: um meio de comunicação global. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). *Hipertexto e gêneros textuais: novas formas de construção de sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel. *Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1981.

- LEÃO, Lúcia. *O labirinto da hipermídia: arquitetura e navegação no ciberespaço*. 3.ed. São Paulo: Editora Iluminuras, 2005.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34, 2003.
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*. Campinas: Editora da Unicamp; Editora Revan, 1998.
- MELO, Cristina Teixeira Vieira de. A análise do discurso em contraponto à noção de acessibilidade ilimitada da Internet. In: MARCUSCHI, Luiz Antonio; XAVIER, Antonio Carlos (Orgs.). *Hipertexto e gêneros textuais: novas formas de construção de sentido*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005
- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997
- \_\_\_\_\_. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ARCHARD, Pierre et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Na teia eletrônica, fragmentos da memória. In: MORELLO, Rosângela (Org.). *Giros na cidade: materialidade do espaço*. Campinas, SP: Labeurb; NuDecri-Unicamp, 2004.
- \_\_\_\_\_. Mais de perto, mil faces secretas sob a face neutra: considerações sobre a heterogeneidade no discurso jornalístico. *Revista Signótica*, v. 17, n. 2, p. 233-250, 2005a.
- \_\_\_\_\_. No país das maravilhas: uma metáfora sobre o dizer na rede. *Revista Letra Magna*, ano 2, n. 3, jul./dez. 2005b.
- SORJ, B. *Brasil@povo.com – a luta contra a desigualdade na sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Unesco, 2003.
- WERTHEIM, Margareth. *Uma história do espaço de Dante a Internet*. Tradução de Maria Lúoza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.